

---

# SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CULTURAL: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA LATINO-AMERICANA ENTRE 2000 E 2015

Luisa Vasconcelos Hardman y Daniele Pereira Canedo

---

DOI: <https://doi.org/10.64890/3.5>



FOTO: FEDERICO ROTT

# Sistemas de Informação Cultural: Uma Análise da Experiência latino-americana entre 2000 e 2015

Luisa Vasconcelos Hardman y Daniele Pereira Canedo

## Considerações Iniciais

O uso de sistemas de informação no campo da cultura é um fenômeno recente. Durante a revisão da literatura, observou-se uma produção específica ainda reduzida, especialmente no que diz respeito a trabalhos que se aprofundem no histórico e nos conceitos em torno dos sistemas de informação cultural, embora existam reflexões que abordam o tema de forma mais lateral.

Antes de tudo, é fundamental esclarecer qual definição —ou melhor, qual compreensão— será adotada nesta reflexão sobre os sistemas de informação cultural. Afinal, o que são esses sistemas? Uma ferramenta? Uma plataforma? Um órgão? Podemos afirmar que os sistemas de informação cultural estão necessariamente relacionados à coleta, armazenamento, processamento, análise e difusão de dados sobre o campo da cultura.

Ao abordarmos o conceito de sistemas de informação no contexto organizacional, o professor e pesquisador norte-americano Gordon Davis os define como “um sistema integrado homem-máquina para fornecer informações que apoiem as funções de operação, gestão, análise e tomada de decisões em uma organização” (Davis, 1985, p. 6, tradução nossa). Complementando essa perspectiva, os autores Kenneth C. Laudon e Jane P. Laudon afirmam que os sistemas de informação “podem ser definidos tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam,

armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle em uma organização” (Laudon, 2014, p. 13).

No âmbito da administração pública, a abordagem dos sistemas de informação está frequentemente associada à eficiência dos processos, à transparência das ações governamentais e à melhoria dos serviços prestados à sociedade. Esses sistemas são frequentemente compreendidos como ferramentas que auxiliam o ciclo das políticas públicas, contribuindo para a qualificação da gestão dos órgãos. Se apoiam, desta forma, nos novos paradigmas de governo na era da informação, em que a transparência, bem como a gestão eletrônica e integrada, torna-se princípios fundamentais da administração pública. Conforme aponta o professor e pesquisador Paulo Januzzi (2005), vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ao tratar, em especial, da trajetória dos indicadores sociais no Brasil, as transformações no contexto governamental relacionam-se, sobretudo:

Às mudanças institucionais por que a administração pública tem passado no País, em especial com a consolidação da sistemática do planejamento plurianual, com o aprimoramento dos controles administrativos dos ministérios, com a mudança da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas da avaliação da conformidade legal para a avaliação do desempenho dos programas, com a reforma gerencial da gestão pública em meados dos anos 1990. (Januzzi, 2005, p. 137)

Os sistemas de informação no contexto da cultura e das políticas culturais não fogem das noções e abordagens apresentadas até aqui. No entanto, é comum observar uma perspectiva sobre esses sistemas de informação cultural que os limita a uma única dimensão. A pesquisadora e gestora mexicana Ana Cecília Montilla (2012) chama a atenção para esse aspecto, ressaltando que esses sistemas vão além de um simples cadastro ou mapeamento de agentes

culturais. Como ela destaca: “Trata-se de um espaço de trabalho e intercâmbio, de gestão da informação e do conhecimento, onde é gerada a informação necessária à compreensão do fenômeno cultural” (Montilla, 2012, p. 52).

É evidente que o avanço das tecnologias da informação está diretamente ligado à viabilização dos sistemas de informação cultural. No entanto, reduzi-los apenas a seus suportes e ferramentas tecnológicas, ainda que essenciais para seu funcionamento, seria um equívoco. O pesquisador e professor argentino Javier Ozollo (2011) ressalta que “la disponibilidad de datos muchas veces no dice nada. Los datos son sustantivos cuando pueden transformarse en información, es decir, cuando el gestor cultural es capaz de asociarlos con un contexto determinado” (2011, p. 30). Nesse sentido, o autor constrói uma perspectiva que integra a dimensão técnica a um conjunto diverso de contextos, relações e esferas de produção que perpassam a articulação das informações culturais. Depreende-se daí um modo de objetivação da problemática aqui abordada, que compreende os referidos sistemas como partes integrantes e intervenientes no arranjo complexo das políticas culturais que os envolvem, as quais, por sua vez, não se restringem a questões técnicas.

Observamos, dessa maneira, como os sistemas de informação cultural se constituem por meio da confluência de diferentes entes, atores, instâncias e esforços, uma espécie de arranjos entre partes que, ainda que institucional, se relacionam diretamente com a sociedade e com os setores da cultura. Nos interessa a perspectiva do pesquisador e gestor francês Paul Tolila (2007), ao destacar o papel das informações na conformação de um ambiente mais democrático, favorecendo a construção de políticas públicas mais alinhadas e próximas à sociedade, conforme ressalta o autor:

No âmbito de uma democracia, para que haja discussão real sobre as estratégias, os investimentos, as orientações e a satisfação dos direitos e necessidades dos cidadãos, é imprescindível que as informações sejam confiáveis,

compreensíveis e bem divulgadas, adaptadas aos desafios das políticas públicas e às exigências da sociedade participativa. (Tolila, 2007, p. 35)

Por fim, deve-se destacar que, ao aterrissar no campo das políticas culturais, os sistemas de informação estão associados, sobretudo, às mudanças nos modos de intervenção do Estado. Se antes essa atuação ocorria de forma direta, pontual e restrita, a ampliação e a democratização das políticas culturais, que agora apresentam uma arquitetura infinitamente mais complexa, exigem a capacidade de dialogar com múltiplos interlocutores e realidades. Nesse sentido, torna-se necessário um espectro mais amplo de informações sobre os beneficiários, bem como sua contínua e sistemática atualização, o que se relaciona diretamente com o desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa.

### **Cultura e desenvolvimento: para além do crescimento econômico**

Na tentativa de apresentar um olhar sobre os contextos comuns que motivam a implementação dos sistemas de informação, devemos lançar mão de uma espécie de linha do tempo que antecede sua implementação e aponta para eventos e vetores que conformam um cenário favorável para a sua emergência. Quais fatores contribuem para a maior presença deste tema na agenda pública dos respectivos países e na América Latina de uma forma geral?

A compreensão da cultura atrelada à cadeia produtiva, configurando-se como um espaço de produção e de contribuição para o desenvolvimento econômico do país, ganha contornos efetivamente sólidos desde a segunda metade do século XX - recente, portanto. A cultura como produtora de riquezas, geradora de emprego e renda, capaz de gerar bens, serviços, receitas, impostos, passa a ser reconhecida e toma assento nas transformações da economia - de uma economia baseada na indústria para uma economia baseada em serviços e no conhecimento - que atravessaram o mundo neste

período. “Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas (Gil, 2003)”.

É nesse contexto de transformação global que a informação passa a ocupar um lugar privilegiado na sustentação e reafirmação da relevância da cultura como dimensão essencial do desenvolvimento, entendido como um processo complexo, multidimensional e que ultrapassa os limites do crescimento puramente econômico. Um marco importante nessa reconfiguração do papel da cultura foi a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), realizada no México em 1982. Em sua declaração final —que passou a influenciar concepções e diretrizes das políticas culturais latino-americanas—, afirma-se que:

La cultura constituye una dimensión fundamental del proceso de desarrollo y contribuye a fortalecer la independencia, la soberanía y la identidad de las naciones. El crecimiento se ha concebido frecuentemente en términos cuantitativos, sin tomar en cuenta su necesaria dimensión cualitativa, es decir, la satisfacción de las aspiraciones espirituales y culturales del hombre. El desarrollo auténtico persigue el bienestar y la satisfacción constante de cada uno y de todos. (Unesco, 1982)

A cultura, nesse sentido, desponta como a possibilidade de outro projeto de desenvolvimento —mais integrador—, no qual diferentes dimensões da vida coletiva são articuladas. Se a cultura se manifesta na força simbólica que dá sentido à vida em sociedade, é também nas relações e práticas econômicas, na relação com o meio ambiente e nas formas de organização social, entre outras tantas transversalidades possíveis, que ela passa a ser reconhecida também na dimensão estratégica. Como destaca o professor e pesquisador Renato Ortiz:

[...] o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. Dizer que as culturas são um ‘patrimônio da humanidade’

significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não ‘universal’, pelo menos, extensivo a um conjunto amplo de indivíduos. ‘Todos’ devemos cultivá-lo e respeitá-lo. (Ortiz, p. 126)

É somente nas décadas de 1980 e 1990 que os sistemas de informação surgem nos debates do campo cultural. Desde então, foram realizadas diversas conferências internacionais, seminários regionais, encontros de ministros e gestores de cultura, além de outros eventos que irão tratar da importância de uma cultura dos dados para o desenvolvimento do campo da cultura. O que pode ser atestado por meio dos documentos, declarações e cartas de compromisso que confirmam a presença deste tema na agenda política, amplamente difundida por diferentes agências e organismos multilaterais. Vale mencionar que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1986, apresenta o Marco de Estatísticas Culturais (MEC), um esforço de consolidar um referencial de mensuração comum, que foi revisado em 2009 pela primeira vez e, atualmente, está novamente em processo de atualização.

A inclusão dos sistemas de informação na agenda dos países latino-americanos deve-se, em grande medida, à influência dos organismos internacionais nesse estágio inicial. Em diferentes foros regionais de cultura, conduzidos não somente pela Unesco, mas também pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo, observamos a criação de consensos e pactos em torno da importância dos sistemas de informação de cultura entre as altas cúpulas de representantes dos governos nacionais latinoamericanos.

### **Sistemas na América latina: desafios, responsabilidades e oportunidades**

Na tentativa de levantar alguns dos debates mais centrais no contexto latino-americano sobre o tema, entre 2010 e 2015, por meio da análise do

discurso, iremos recorrer ao “Seminário de Informações e Indicadores Culturais Latino-Americanos”, realizado pelo Ministério da Cultura do Brasil, em Brasília, em dezembro de 2015. Tomando como ponto de partida algumas das contribuições e reflexões apresentadas neste seminário, teceremos um panorama sobre os sistemas de informação cultural e suas agendas. De quais acúmulos estamos falando, no avançar da segunda década do milênio, em se tratando dos sistemas de informação e indicadores culturais na América latina?

Dentre os debates centrais que permeiam os sistemas de informação cultural, identificados no decorrer do seminário, evidenciamos três principais enfoques: (1) o enfoque institucional e seu papel no ciclo das políticas públicas; (2) o enfoque econômico, com ênfase nas contas satélites de cultura; e (3) o enfoque político, relacionado à cidadania cultural e à participação social. Serão mencionadas iniciativas do Brasil, Chile, Colômbia e México, com foco na análise dos discursos e conteúdos apresentados pelos seus respectivos gestores —representantes dos órgãos de cultura desses países que participaram do evento— à luz de reflexões críticas e referências teóricas. Os aspectos aqui destacados não têm a pretensão de esgotar o tema, mas configuram uma leitura possível sobre o debate em torno das informações e indicadores culturais no início deste século na região, com menção a acordos de cooperação técnica e aos projetos deles decorrentes.

É igualmente relevante situar esse processo no contexto político mais amplo da América Latina no início do século XXI. Diversos países da região experimentaram, nesse período, o fortalecimento de governos progressistas que reconheciam a centralidade da cultura na promoção dos direitos e na ampliação da cidadania. Nesse cenário, tornava-se urgente não apenas ampliar a atuação do Estado no campo cultural, mas também conferir maior visibilidade às ações empreendidas e reforçar o papel transversal da cultura no

desenvolvimento regional, inclusive no marco das políticas de cooperação e integração latino-americana.

Nesse contexto, a pesquisadora Lia Calabre identifica o período que se inicia na última década do século XX e se estende pela primeira década do século XXI como um marco significativo para o desenvolvimento das políticas culturais na América Latina. A autora destaca que, nesse intervalo, “alguns países vêm realizando esforços para que os planos ultrapassem o campo das boas intenções sem existência real, chegando ao das práticas efetivas” (Calabre, 2013, p. 323). O desenvolvimento de instrumentos como planos nacionais e setoriais de cultura, para médio e longo prazo, neste período, corrobora com sua tese.

### **Enfoque institucional**

O evento contou com a presença de pesquisadores e gestores da América Latina e foi realizado no contexto do relançamento do novo Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). O projeto, apresentado em uma das mesas do seminário pelo então coordenador-geral de Monitoramento de Informações Culturais, Leonardo Germani, propunha o “SNIIC: uma plataforma para o século XXI”, conforme anunciado no encontro.

Lançado inicialmente em 2012 como um mapeamento amplo do setor cultural, o processo de reformulação do SNIIC partiu do princípio de que o sistema deveria atuar como um agregador e integrador de informações culturais. Abordaremos, mais adiante, os aspectos conceituais e as características desse projeto, apresentados neste encontro, que posicionam os sistemas de informação em diálogo com temas centrais como participação social e cidadania cultural. Em certa medida, cabe destacar que essa reformulação também reflete um alinhamento com experiências em curso em países vizinhos da América Latina.

Naquele período, o SNIIC —no âmbito do Ministério da Cultura do Brasil— encontrava-se alocado na Secretaria de Políticas Culturais, também responsável pela coordenação do Plano Nacional de Cultura (PNC). Segundo menciona o então secretário Guilherme Varela, o SNIIC foi instituído junto ao PNC, ambos pela Lei nº 12.343, de 2010. Essa conjunção não é meramente cronológica: o sistema nasce imbricado ao plano, com a missão explícita de monitorar suas metas, o que o inscreve, desde sua origem, no ciclo das políticas públicas.

Além do Brasil, a Colômbia também lançou, nesse período, o Plan Nacional de Cultura – Hacia una ciudadanía democrática y cultural 2001–2010, um plano que serviu de referência para diferentes países latinoamericanos. O gestor Raúl Ernesto Casas Valencia, representando o Ministério da Cultura da Colômbia em uma mesa dedicada às Contas Satélite da Cultura —tema que abordaremos mais adiante—, destaca o plano como um marco fundamental na trajetória da política cultural do país. Ele aponta a importância desse instrumento para a consolidação de uma política de Estado que atravessa diferentes governos e que reconhece a cultura como um direito a ser garantido (Valencia, 2015, 1:10:14).

Desse modo, evidencia-se a relação entre os sistemas de informação e o esforço pelo amadurecimento de uma institucionalidade da cultura ainda profundamente marcada por rupturas, instabilidades e ausências estruturais – o caso brasileiro é emblemático: em quatro décadas de existência, o Ministério da Cultura sofreu três rebaixamentos ao status de secretaria. Para Vinicius Wu, então secretário de Articulação Institucional do MinC, o desafio da afirmação plena dos direitos culturais no Brasil passa, necessariamente, pela qualificação da gestão cultural em todas as esferas. Isso demanda, segundo ele, a produção de informação qualificada e a construção de indicadores consistentes —elementos essenciais para a formulação e execução de políticas públicas em qualquer área—, o que, à época, ainda esbarrava em sérias limitações estruturais (Wu, 2015, 31:08).

Nesse enfoque institucional, destaca-se o papel dos indicadores culturais, tratado, neste seminário, pelo sociólogo Frederico Barbosa, pesquisador vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ele afirma que os indicadores são como “moedas de dois lados: de um lado, uma expressão numérica; de outro, uma expressão conceitual” (Barbosa, 2015, 00:33:02). Ou seja, eles são, simultaneamente, descritivos e normativos, representando a realidade ao mesmo tempo em que expressam valores e formas de interpretá-la.

O monitoramento contínuo, por meio de indicadores, constitui um tema transversal aos debates e discursos apresentados no seminário. Identificar onde se está e para onde se quer ir é imprescindível tanto para o planejamento quanto para a execução eficaz das ações. Somente com esse acompanhamento sistemático seremos capazes de perceber, com clareza, a necessidade de “alterações de rota” diante da análise do desempenho e do cumprimento das metas e objetivos estabelecidos.

### **Enfoque econômico**

No que tange às Contas Satélites de Cultura, a realização de uma mesa exclusiva sobre o tema —somada a outra dedicada às experiências relativas à economia da cultura— evidencia a centralidade da dimensão econômica na relação com os sistemas de informação, especialmente naquele momento e no contexto latino-americano. Essa ênfase se justifica, por um lado, pela existência de iniciativas e processos em andamento para a implementação das contas satélites em diversos países da região, ainda que em estágios variados de consolidação; por outro, responde à demanda crescente por instrumentos que possibilitem a mensuração qualificada e sistemática dos impactos econômicos do setor cultural.

Por meio do Convênio Andrés Bello (CAB), organização internacional com sede na Colômbia, o debate sobre a interseção entre economia e cultura assumiu novos contornos, sobretudo no que se refere à incorporação de

sistemas de mensuração das atividades econômicas e produtivas—já amplamente adotados em outros setores— ao desenvolvimento do campo cultural. Em 2005, o CAB, em parceria com o Ministério da Cultura da Colômbia e o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assumiu o desafio de iniciar, no país, a implantação da Conta Satélite de Cultura (CSC). A pesquisadora Diana Marcela Rey, responsável pela área de cultura do Convênio, participou da mesa temática ao lado de outros gestores latino-americanos.

A iniciativa se apoia nos fundamentos do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas e resultou na elaboração do documento Contas Satélites de Cultura: Manual Metodológico para sua Implementação na América Latina, publicado em 2009. Como enfatiza Rey, a proposta surge da necessidade de “utilizar a mesma linguagem dos outros setores econômicos”, considerando as disputas e negociações por orçamento no interior dos Estados (Rey, 2015, 00:06:02). O manual, desenvolvido entre 2006 e 2009 com a participação de gestores de toda a Iberoamérica, apresenta uma metodologia comum adaptada às especificidades do campo cultural. Seu objetivo central é permitir a produção de dados comparáveis sobre o setor, evidenciando sua participação na economia dos países latino-americanos, centrada especialmente nas dimensões da produção e do gasto, interpretando as relações entre a economia e as atividades culturais produtivas.

Em menos de quatro anos, Argentina, Costa Rica, México, Uruguai, Espanha e Colômbia já tinham adotado o conjunto de quadros propostos pela CSC, que lhes permitiu conhecer sua oferta cultural por meio de uma análise das inter-relações entre as atividades produtivas da cultura e outras atividades econômicas não culturais, estimar os aportes gerados entre as atividades culturais de mercado das empresas privadas. (Rey, 2017, p. 195)

Diana Rey reitera que, para além da formulação metodológica, foi necessário elaborar um “roteiro” e acompanhar de perto a implementação da Conta Satélite de Cultura (CSC) nos países, diante dos desafios concretos associados à aplicação prática da metodologia. O percurso da CSC variou significativamente entre os países que a adotaram, refletindo contextos institucionais, capacidades técnicas e prioridades distintas. Ainda assim, consolidou-se como uma iniciativa relevante, sobretudo por estabelecer vínculos com os institutos nacionais de estatística, articular a cultura às classificações internacionais das atividades econômicas e, principalmente, por evidenciar os esforços em demonstrar que “a cultura podia gerar efeitos positivos no capital humano e no desenvolvimento, sendo este entendido além do crescimento econômico” (Rey, 2017, p. 195).

Também em decorrência do convênio com a Organização Andrés Bello, a gestora chilena María Alejandra Aspillaga Fariña destacou o Programa *Economía y Cultura*, que resultou na publicação *Impacto de la Cultura en la Economía Chilena*, lançada em 2003 (Fariña, 2015, 00:38:31). Segundo ela, em vez de adotar uma perspectiva setorial baseada em linguagens ou disciplinas específicas, o Chile vinha apostando em uma abordagem integrada, estruturada em camadas, que abrange as diversas áreas que compõem o campo cultural (Fariña, 2015, 00:47:45). Além disso, a experiência chilena se destaca pela produção de estudos relevantes, fruto de pesquisas realizadas pelo próprio governo —ou seja, com base em dados primários—, como levantamentos sobre público e consumo cultural, que resultam em anuários e publicações seriadas.

A implementação das Contas Satélite de Cultura (CSC) na América Latina evidencia a importância estratégica das parcerias entre os ministérios da Cultura e os institutos nacionais de estatística. No caso colombiano, por exemplo, a CSC resulta de uma articulação institucional entre o Ministério da Cultura e o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), configurando uma estrutura de governança compartilhada, semelhante à do

México. Lá, o Instituto Nacional de Estatística conta com o “Comité Técnico Especializado de Información Cultural del Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica (SNIEG)”, que, segundo Nivón Bolán e Rosas Mantecón (2024), “permitió la transversalidad de la generación de estadísticas a través de Unidades de Estado, es decir, instituciones públicas capaces de producir información” (Nivón Bolán y Rosas Mantecón, 2024, p. 120). No Brasil, destaca-se o papel central do IBGE e do IPEA, ambos presentes no evento e integrantes dessa trajetória. Essa lógica de cooperação técnica entre órgãos de cultura e instituições estatísticas, ainda que por meio de diferentes arranjos institucionais e formas de conveniamento, é fundamental para a consolidação dos sistemas de informação cultural.

### Enfoque político

A dimensão da cooperação ultrapassa os institutos de pesquisa. O próprio registro, atualização e uso da informação cultural ocorrem também por meio de redes que retroalimentam o sistema e ampliam seu alcance e abrangência, como demonstra o contexto mexicano. A partir de uma rede que envolve não apenas as 32 unidades administrativas, mas também diversas instituições nacionais vinculadas às políticas setoriais, o Sistema de Informação Cultural (SIC) é alimentado à semelhança da experiência argentina e do modelo que se buscou construir no Brasil. “Por esto se presenta como un proyecto conjunto de los institutos, consejos y secretarías de cultura de los estados y él opera como una Red Nacional de Información Cultural (RENIC)” (Nivón Bolán y Rosas Mantecón, 2015, p. 223). Evidentemente, são muitos os desafios e precariedades —seja pela ausência de padronização e confiabilidade das informações, seja pela insuficiência de infraestrutura—, ainda assim, a conformação em rede é constantemente reiterada como uma dimensão fundamental e estratégica.

Com ênfase nas redes e no pensamento sistêmico, Ana Cecilia Montilla, apresentou o projeto Ecosistema de Informação Complexa, uma iniciativa

que avançou em alguns dos países da América Central. A proposta articula três principais subsistemas: (1) o Subsistema de Informação Cultural; (2) Programa de Estudos de Público, voltado para a análise de hábitos e práticas culturais; e (3) o Subsistema de Economia e Cultura. A partir da interação entre esses três componentes, conforma-se um quarto eixo estruturante: o Subsistema de Indicadores e Estatísticas Culturais, que, por sua vez, não podem existir sem redes que os sustentem e alimentem. Trata-se somente da interação de todas as partes, o que torna o ecossistema uma ferramenta viva, atualizada e pertinente. Em suas palavras:

O que pode ser chamado de Sistema de Informação, na realidade, é um Ecossistema de Informação Complexa (Esic), com condições de complexidade e inter-relações diversas. Estas são completadas com uma série de redes sociais que dão vida e dinamismo à informação. (Montilla, 2012, p. 53)

Neste seminário, houve ainda a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura e o Instituto TIM, para desenvolvimento do software “Mapas Culturais”, uma plataforma com software livre que possibilita um mapeamento colaborativo, permitindo que os próprios usuários insiram e atualizem seus dados, integrando os dados de outros sistemas do MINC, como as plataformas dos Pontos de Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e do Cadastro Nacional de Museus.

O uso de mapas, em plataformas digitais, desempenha um papel fundamental na organização e análise de informações culturais, operando em duas frentes complementares: por um lado, viabiliza o mapeamento dinâmico de agentes, iniciativas, equipamentos e espaços culturais, funcionando como instrumento central para a estruturação de cadastros culturais; por outro, permite a territorialização dos dados, isto é, a visualização espacial das informações produzidas. A incorporação de tecnologias de georreferenciamento aos sistemas de informação cultural, neste período, já era uma realidade e

permitiu a sistematização de dados a partir de recortes regionais e locais. Essa abordagem torna possível identificar padrões de distribuição, evidenciar assimetrias e desigualdades entre os territórios e apoiar o planejamento de políticas públicas mais sensíveis às dinâmicas e demandas específicas de cada região.

Nesta direção, podemos afirmar que os sistemas se relacionam diretamente com a dimensão da participação, que aponta, por sua vez, para a própria ideia de cidadania cultural – dispor de informações, bem como disponibilizá-las, é também um caminho para maior abertura e interação dos governos nacionais. O projeto do novo SNIIC, apresentado neste seminário, introduz e reforça o papel central da participação direta dos usuários interessados, tanto na inserção de dados no sistema quanto no monitoramento de projetos e políticas culturais, na direção de uma governança colaborativa. Previa também a estruturação dos sistemas de informações locais, a partir de uma rede nacional. Neste sentido, os sistemas vão além, como dito no início deste artigo, de uma perspectiva apenas tecnicista ou exclusivamente relacionada à tecnologia da informação. Os SICs não apenas têm a capacidade de contribuir com a política pública, mas, em si, conformam-se como uma política, permeada pela dimensão cidadã e impulsionada pelos pilares da democracia cultural.

## **Considerações Finais**

Este trabalho se propôs a oferecer uma reflexão inicial sobre os sentidos atribuídos aos sistemas de informação e seus processos de institucionalização como ferramentas estratégicas para a gestão cultural na América Latina. Ao destacar os fatores comuns e as especificidades nacionais, observamos que tais sistemas resultam de construções políticas, técnicas e simbólicas que dialogam com agendas globais e realidades locais. A presença ativa de organismos multilaterais, a articulação entre entes federativos, os esforços de

integração de dados e a valorização da informação como infraestrutura da cidadania cultural são aspectos centrais dessa trajetória.

Indicadores e estatísticas culturais, estudos sobre hábitos, oferta e consumo cultural, mapeamentos interativos, cadastros nacionais, mensuração do impacto econômico da cultura —em especial no PIB e no mercado de trabalho—, observatórios e repositórios: esses elementos surgem e ressurgem, articulados ou não, com maior ou menor centralidade, nos discursos e práticas de distintos países latino-americanos, mesmo diante das múltiplas realidades socioeconômicas e das diferenças no que tange os projetos políticos dos respectivos governos neste período.

Cada um desses elementos aporta colaborações e provocações ao tema; no entanto, este artigo buscou delinear um panorama geral, uma espécie de sobrevoo para identificação de tendências e práticas comuns, mencionando perspectivas e iniciativas de quatro países latino-americanos que integram o contexto deste seminário. Cabe abrir um parêntese quanto ao papel dos organismos internacionais, que não apenas contribuíram para a consolidação de uma agenda política, mas também, por meio de acordos de cooperação técnica e convênios diversos, viabilizaram o desenvolvimento de projetos nacionais e transnacionais, como mencionado anteriormente.

Os desafios relacionados à estruturação das diversas dimensões de um sistema apontam para a necessidade de compreendê-los a partir da articulação entre setores governamentais, entidades de pesquisa, organizações sociais e instituições acadêmicas. Trata-se, portanto, de constituir uma malha de parcerias e cooperações contínuas, que deve estar ancorada em uma estrutura de governança capaz de integrar essas múltiplas dimensões.

Diante dos enfoques institucionais, econômicos e políticos que atravessam a construção dos sistemas de informação cultural até 2015, indagamo-nos:

qual o papel e qual a importância das informações e indicadores culturais para a gestão cultural latino-americana na contemporaneidade? Após dez anos, o quanto avançamos? A quem interessa que a política pública de cultura seja baseada em evidências? A quem interessa reconhecer as assimetrias e desigualdades que marcam a produção, difusão e distribuição ao longo da cadeia produtiva da cultura?

O que se pode afirmar é que, uma década depois, o tema permanece em pauta; os organismos internacionais seguem pautando, enquanto os governos nacionais e seus órgãos de cultura ainda enfrentam descontinuidades e fragilidades na sistematização de dados do campo cultural — e, sobretudo, na relação efetiva entre esses dados e a formulação de políticas culturais. Este panorama permite concluir que o amadurecimento e o fortalecimento dos sistemas de informação dependerão de um espectro amplo e complexo de atores — com diferentes expertises —, assim como de investimentos articulados, em distintos níveis, para a consolidação de uma cultura de dados na gestão pública da cultura.

## Referências

- Davis, G. B. (1985). *Management information systems: conceptual foundations, structure, and development*. McGraw-Hill.
- De Martino Jannuzzi, P. (2007). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 58(1), 111-130. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>
- Gil, G. (2003). Apresentação. In *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Unesco Brasil.
- Laudon, K. C. y Laudon, J. P (2020). *Sistemas de informação gerenciais*. Pearson.
- Montilla, A. C. (2012). De Sistemas de Informação (SIC) a Ecosistemas de Informação Complexa (Esic). In L. Calabre (Org.), *Políticas culturais: pesquisa e formação*. Itaú Cultural; Fundação Casa de Rui Barbosa.

- Montilla, A. C. (2017). Na era do Big Data: os sistemas de informação cultural. *Revista Observatório Itaú Cultural. Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento*, (23). Itaú Cultural.
- Nivón Bolán, E. y Rosas Mantecón, A. (2024). ¿Hacia una visión estratégica de la información? Sistemas de información y planeación cultural en México. In P. Cardoso y M. Reyes (Eds.), *Consumos culturales en América Latina 1: discusiones conceptuales, herramientas para la medición y casos de atención específica*.
- Ortiz, R. (2008). Cultura e desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), 122-128. Disponível em: <https://bit.ly/2NNiimN>
- Ozollo, J. (2011). La información cultural: un desafío imprescindible para la gestión pública. In L. Repetur y J. Ozollo (Comps.), *Instrumentos de navegación en política y gestión cultural*. Editorial de la Universidad Nacional de Cuyo - Ediunc.
- Rey, D. (2015). Sistemas de Informação Cultural: aprendizagens e retos na América Latina. *Políticas Culturais em Revista*, 8(2), 173-187. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15369>.
- Rey, D. (2017). O desafio de visibilizar os efeitos econômicos da cultura: as contas-satélites de cultura. *Revista Observatório Itaú Cultural. Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento*, (23). Itaú Cultural.
- Secretaria de Políticas Culturais (2015). O SNIIC do Século XXI. Disponível em: <http://sniic.cultura.gov.br/2015/02/04/o-sniic-do-seculo-xxi/>
- Tolila, P. (2007). Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. *Revista Observatório Itaú Cultural*, (1). Itaú Cultural.

## Vídeos | Seminário

- Aspillaga Fariña, M. A. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9q5QVAFrXJA&t=2311s>
- Barbosa, F. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ag6zFRuwVGc>
- Montilla, A. C. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ag6zFRuwVGc>

Rey, D. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9q5QVAFrXJA&t=2311s>

Valencia, R. E. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9q5QVAFrXJA&t=2311s>

Varella, G. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-HW8HowiFpM>

Wu, V. (dezembro de 2020). Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-HW8HowiFpM>